

2. A Cooperação internacional para o desenvolvimento

2.1 A Cooperação bilateral

O grande número de países com os quais Cabo Verde coopera, aliado à enorme diversificação dos esquemas institucionalizados com cada um, da estrutura dos respectivos programas, e da periodicidade da programação dos engagements, dificulta a apresentação de uma grelha, ou mesmo de um pequeno número de grelhas, de análise comparativa seja entre esses países seja em relação ao ano imediatamente precedente ao em análise (1989).

Optamos assim por, após uma classificação muito sintética (e necessariamente reducionista) de grupos por comportamento «+», «-» ou «=» em relação ao ano/ período anterior, resumirmos em poucas linhas o que foi a essência do relacionamento com os principais parceiros bilaterais. Nessa óptica observamos que:

— A título da classificação referida registamos:

- A concretização, ou a perspectivação imediata, de um reforço da cooperação com alguns países como a Suécia, a Islândia, a Holanda, o Luxemburgo, a Áustria, a Cote d'Ivoire, a Dinamarca...
- Grosso modo a manutenção do «status quo» com outros como o Japão, a Bélgica, a RFA, o Canadá, a França, a Finlândia, a Grã-Bretanha, a Grécia, a Noruega, a Suíça:
- Uma diminuição dos novos engagements com a Itália e mesmo com a Espanha...
- A continuação de um certo imobilismo com os «Países de Leste» em geral, excepção feita da URSS...
- A ausência de progressos significativos na cooperação com a generalidade dos PVD, se só consideramos a «cooperação (entre) ajuda»...

Não atribuímos, no entanto, a essa variação ocorrida em 1989 o significado de traduzir igual variação da vontade expressa em relação a Cabo Verde. Ela é fruto essencialmente das peripécias de percurso que em princípio continuarão (nos dois sentidos aliás).

No cômputo global a APD bilateral em 1989 aumentou em termos nominais, situando o nível dos engagements em 3 870 681 contos repartidos da seguinte forma.

Assistência técnica	22,2%
Assistência para formação... ..	11,7%
Assistência para projectos	43,9%
Ajuda alimentar	22,2%

2.2 CEE

Durante 1989 os elementos marcantes da nossa cooperação com a Comunidade Económica Europeia relacionaram-se com:

— O prosseguimento da implementação (muito avançada já) do programa indicativo (PI) para Cabo Verde no âmbito do V Fundo Europeu do Desenvolvimento (FED). Desembolsados durante esse ano cerca de 71 000 contos e engajados cerca de 11 000.

— O arranque efectivo do P.I. do IV FED, assinado em 1989 e consagrado, como se sabe, a investimentos concentrados na zona da Praia. Foram engajados nesse âmbito cerca de 700 000 contos (um terço do P.I.) e desembolsados cerca de 331 000 contos.

— A conclusão dos contratos (de fornecimento de 2 grupos electrogéneos para a Central da Praia) financiados pelo Banco Europeu de Investimentos, a executar em 1990 (1º grupo previsto de chegar em Maio).

— O fornecimento de ajuda alimentar.

— a negociação/preparação do importante Programa Sectorial de importações (cerca de 300 000 contos) a iniciar em 1990: materiais de construção cujos fundos de contra-partida financiarão programas da construção da Caixa Económica de Cabo Verde, do IFH e do PROMEBAD.

— A negociação e preparação de projectos regionais com componente nacional de vários domínios dos quais o mais importante é o da Reflorestação (+300 000 contos).

— A finalização da negociação do Acordo de Pesca (rubricado depois em Janeiro de 1990).

— A conclusão das negociações e assinatura da IV Convenção ACP/CEE.

No geral o balanço é satisfatório, não obstante uma certa fraqueza da capacidade de execução nacional e um certo número de alterações imprevistas que atrazaram a implementação de algumas das actividades.

A nossa intervenção nas negociações da IV Convenção ACP/CEE foi no entanto muito fraca, limitando-se ao acompanhamento esporádico da evolução das mesmas.

2.3 Instituições Financeiras Internacionais (IFI)

Os números relativos ao ano de 1989 dizem-nos que:

Cerca de uma dúzia de projectos estão em curso com financiamento de IFIS, alguns dos quais consistem em estudos com provável sequência.

- . novos acordos foram assinados, representando um engajamento da ordem de 15 000 000 de \$EUA, dos quais 1 empréstimo para projecto, 1 como ajuda à balança de pagamentos, e 2 donativos para estudo de preparação de projectos;
- . Os desembolsos totalizaram cerca de 9 300 000 \$EUA;
- . Os reembolsos representaram cerca de 5 500 000 \$EUA, tendo portanto o fluxo líquido sido da ordem dos 3 800 000 \$EUA.
- . 5 Projectos foram preparados para início de concertização de 1990.
- . Cerca de 6 estão em tratamento para provável início de concertização ao horizonte de 1991.

Dentre as IFIs, o BAD e o Banco Mundial são de longe as preponderantes na cooperação com o nosso país, representando respectivamente 45% e 36% dos montantes das acções em curso durante 1989.

A dinâmica foi bem maior, no entanto, com o BAD. Com efeito, dentre as acções por arrancar a prazo mais imediato, cerca de 78% são com o BAD e apenas 9% com o Banco Mundial. Essa situação é no entanto a de 31/12/89, podendo alterar-se relativamente (mas não significativamente) em 1990.

A execução dos projectos mostrou atrasos por vezes importantes em relação ao calendário previsto. As razões são várias, desde a insuficiência intrínseca aos executadores directos até aos problemas institucionais de «leadership» do processo de coordenação, passando por atrasos no lançamento dos concursos, na elaboração dos relatórios de avanço, na satisfação das condições prévias à entrada em vigor dos acordos assinados, etc.

A questão institucional interna (clarificação de um esquema racional de responsabilidades e sua aplicação concreta) continuou em 1989 a ser uma das causas de perda de dinamização, não obstante as iniciativas do MPC nesse campo.

2.4 Sistema da Nações Unidas

- . Nada de especial a assinalar na ajuda concreta ao nosso país; em geral continuamos a beneficiar de oportunidades satisfatórias.
- . O PNUD continua em fase de «liquidação» do actual ciclo de programação, e realizou-se uma importante revista intermédia do programa;
- . Com as outras Organizações não houve em geral exercícios de programação plurianual durante 1989, com excepção da UNICEF, com o qual foi negociado um Plano de Operações para 1990-94 comportando um aumento sensível em relação ao anterior; foram realizadas no entanto algumas primeiras trocas de ideias sobre futuros programas a delinear em 1990 com algumas Organizações.

De registar a chegada do novo representante delegado do PAM e da Representante da UNICEF, e o longo vazio no posto de Representante da FAO (foi ocupado só em 1990).

2.5 Ajuda alimentar

- Observou-se uma permanência seja nas fontes tradicionais de ajuda seja nas quantidades acordadas;
 - A recepção em 1989 de algumas ajudas de ⁸1989 ocasionou um ligeiro aumento nas quantidades efectivamente recebidas;
 - Manteve-se em geral a política de globalização das receitas em benefício dos projectos AIMO; continua uma pressão de certos doadores para maior rigidez na afectação (a projectos comuns...) de certos fundos de contrapartida;
 - Várias avaliações importantes foram feitas (Holanda, Suíça, CEE), com resultados positivos.
- De recordar aumentos verificados nos preços FDN, que beneficiaram as receitas para o programa de intervenção desse Fundo.

2.6 Considerações finais

- A conveniência em adaptar o melhor possível as modalidades de intervenção da cooperação/ajuda às novas exigências do processo económico Cabo-Verdiano motivou-se uma reflexão interna, ainda inacabada, e o início do diálogo com os nossos parceiros sobre essa problemática (citámos acima o caso mais avançado da Holanda): As reacções são em geral favoráveis, faltando continuar a conceber e testar esquemas concretos.

No plano interno haverá que coordenar sensivelmente melhor as operações da cooperação entre agentes económicos e da cooperação/ajuda, o que passaria pelo estabelecimento de formas de concertação ainda esporádicas e embrionárias.

- Ainda no plano interno, a questão da coordenação institucional da cooperação com as IFIs continua a ser uma preocupação por resolver.
- No plano externo existe a viva necessidade de um acompanhamento/participação mais efectivos das importantes negociações internacionais que se passam actualmente e que se repercutem sobre o nosso país.
- Em 1989 iniciou-se o longo processo de negociação/preparação da II Conferência das Nações Unidas sobre os PMA que terá lugar em 1990 (Setembro, Paris) e que tem grande importância para Cabo Verde. Acompanhamos sistematicamente esse processo e pudemos intervir eficazmente nele.